

Renegociada, dívida externa é hoje o menor dos problemas

Editoria de Arte

BRASÍLIA — Assim como não foi formado de uma só vez, o passivo do Governo não precisa ser todo pago amanhã. Os prazos variam. Os mais apertados são os da dívida mobiliária (em títulos), de seis meses em média. E também essa a dívida que sai mais cara para o Governo, por causa dos juros altos. A situação mais confortável, segundo José Cechin, secretário-adjunto de Política Econômica, é a da dívida externa, que foi renegociada e passou a ter vencimentos de 12 a 30 anos:

— Agora só precisamos ser prudentes e manter a capacidade de honrar os pagamentos. Ou ter credibilidade internacional suficiente para rolar a dívida a baixo custo.

A dívida interna em títulos em mãos do mercado é relativamente pequena, diz o secretário. Ela é rolada em média duas vezes por ano. O problema são as taxas de juros: Cechin calcula que o Tesouro paga 20% ao ano acima da inflação para rolar os títulos, dez vezes o que o Governo do Japão paga.

— Precisamos aumentar a credibilidade da política econômica do Governo, para que os juros possam cair. É aí fazer um esforço para alongar o perfil da dívida, colocando títulos de dois ou cinco anos — diz Cechin.

Hoje, esse alongamento exigiria juros tão altos que anulariam o ganho do Governo. Cechin lembra que o Tesouro dos EUA tem três tipos de papéis: de menos de 90 dias de prazo; de 90 dias a dois anos; e de até 30 anos. No Japão, metade da dívida é formada por títulos de dez anos de prazo.



Principais passivos do Governo



Dívida mobiliária (*)	R\$ 65 bilhões
Dívida do Banco Central	R\$ 21 bilhões
Dívida securitizada do Tesouro (moedas podres)	R\$ 14 bilhões
Dívida externa (**)	R\$ 60 bilhões
Avais externos(***)	R\$ 11 bilhões
Empréstimo compulsório	R\$ 7 bilhões
Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS)	R\$ 12 bilhões

FONTE: Secretaria de Política Econômica

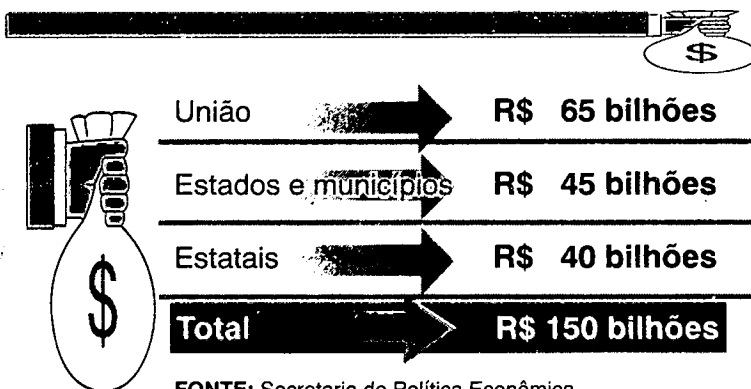
(*) total emitido até março/95

(**) valores estão sendo conciliados pelo BC e credores

(***) dívida externa de estatais, estados e municípios com aval do Tesouro

Editoria de Arte

Dívida líquida



FONTE: Secretaria de Política Econômica